

O "road show"

GAZETA MERCANTIL 25 JAN 1993
da dívida Externa

por Getulio Bittencourt
de Nova York

Começa na próxima terça-feira, dia 26, o tradicional "espetáculo móvel" ("roadshow") para apresentar e defender junto aos banqueiros credores o acordo de redução da dívida externa do Brasil pelas regras do Plano Brady. As apresentações continuam no dia 29 em Tóquio, no dia 1º de fevereiro em Frankfurt, no dia 3 em Paris e no dia 5 em Londres.

"Nós vamos mostrar que desde o nosso 'road show' do ano passado, para apresentar o acordo sobre os juros atrasados, aconteceram várias coisas que mostram uma certa coerência nas políticas brasileiras", disse a este jornal, em Washington, o negociador-chefe da dívida do País, Pedro Malan.

Do lado brasileiro, além de Malan seguem Murillo Portugal, com a missão de mostrar as relações entre o Tesouro e o Banco Central (BC) e de dar uma visão panorâmica da reforma fiscal, e Fernando Holanda Barbosa, o novo secretário especial de política econômica, que vai apresentar a política macroeconômica brasileira. O comitê assessor de bancos é representado pelos bancos que ocupam funções presidenciais: Citibank, JP Morgan e Lloyds Bank.

O esforço de relações públicas externas do governo Itamar Franco tem o reforço do chanceler Fernando Henrique Cardoso, que apresentou a ministros do novo governo nos EUA e repetirá aos ministros do Exterior e da Fazenda da Inglaterra, assim como em três conferências, as políticas oficiais. Ele embarca para Londres no final de semana.

"A Inglaterra é importante no sentido de irradiar posições influentes, e seu jornal 'Financial Times' tem um papel na formação da opinião da comunidade internacional de negócios", disse Fernando Henrique em Nova York na sexta-feira. "É vital que todos saibam que o governo Itamar Franco não está propondo uma volta ao passado, ao populismo, ao protecionismo. A abertura do Brasil à economia mundial é um fato. Apenas nós seguimos o nosso próprio ritmo", ressalta ele.

O chanceler estava satisfeito porque o Senado aprovou uma modificação no acordo da dívida externa, gerada por uma iniciativa sua, como senador, "para distinguir o tratamento legal aos bancos oficiais e aos bancos privados do acordo da dívida externa. Isso permite que o Japão volte a emprestar dinheiro ao Brasil, aí incluídos recursos para o Projeto Tietê, em São Paulo, e vários outros projetos", explicou.

O esforço de convencimento oficial do ministro das Relações Exteriores vem em boa hora, porque a comunidade financeira internacional está expressando dúvidas crescentes sobre o acordo do Plano Brady. Um sumário dessas dúvidas, expressas também por outros bancos, está num estudo que o JP Morgan acaba de divulgar.

"Apesar desse acordo, continuam as incertezas a respeito da troca dos títulos antigos pelos novos e seu impacto provável nos preços da dívida brasileira no futuro próximo", argumenta a analista do Morgan, Laura J. Klein. Ela menciona três fatores centrais de preocupação.

(Continua na página 11)

O "road show" da dívida

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

para negociação da dívida antiga elegível na conversão aos bônus do Plano Brady. Os acordos precisam estar concluídos até 15 de março.

O segundo ponto é "a incerteza adicional sobre as fontes e total de fundos que estarão disponíveis para as garantias tanto no lançamento quanto nos dois anos de desembolso das garantias remanescentes (phase in).

Como consequência, os participantes na troca vão provavelmente receber um

pacote de bônus cujo nível total de garantias colaterais no lançamento não pode ser previsto hoje", registra ela.

O último fator lembrado pela analista de pesquisas em mercados emergentes do Morgan é que "o Brasil precisa ter um acordo 'stand-by' funcionando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes da troca dos títulos antigos pelos bônus do Plano Brady".

O acordo que Malan e seus colegas tentam vender a partir de terça-feira tem três seções principais. A primeira é a troca de cerca de US\$ 25 bilhões em

MYDFA (sigla em inglês para "instrumento de depósito do acordo multi-anual" de 1988 entre o País e os bancos) e US\$ 15 bilhões em PFA (acordo paralelo de financiamento) por seis novos títulos.

Os novos títulos são o Par Bond (bônus par), Discount Bond (bônus de desconto), o pacote de New Money Bond (bônus de dinheiro novo) e DCB (bônus de conversão da dívida), Flirb (sigla para bônus de redução de juros com garantia de doze meses de juros), Flirb "C" (bônus com capitalização parcial de juros) e Opção de reestruturação de empréstimo.

Externa

O Plano Brady inclui ainda a troca de cerca de US\$ 4 bilhões em dívida de dinheiro novo de 1988 em novos bônus. Aqui estão incluídos cerca de US\$ 3,2 bilhões em PFA, US\$ 600 milhões em New Money Trade (dinheiro novo de comércio) e US\$ 275 milhões em Cofinancing (cofinanciamento).

A última parte do acordo prevê a conversão em novos bônus dos juros atrasados que o País não pagou entre 1991 e 1993. Calcula o JP Morgan que em meados deste mês o total de juros atrasados e não pagos de 1991 e 1992 soma cerca de US\$ 3,5 bilhões.

Missão ao FMI prepara visita de Haddad

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo mandou na noite de quinta-feira da semana passada uma missão técnica ao Fundo Monetário Internacional (FMI), composta pelo secretário de orçamento, Paulo Fontenelle, pelo secretário-adjunto do Tesouro Nacional, José Cechin, e pelo chefe do departamento econômico (Depec) do Banco

Central, Carlos Eduardo de Freitas.

É o primeiro contato do País com o FMI neste ano e a viagem tem objetivos de preparar terreno para as conversas que o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, terá com o diretor-gerente do fundo, Michel Camdessus, na segunda semana de fevereiro.

A viagem do ministro estava confirmada até a sexta-feira da semana pas-

sada. Haddad deve embarcar, em companhia do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, no dia 6, para Washington e manterá encontros com o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI no período dos dias 8, 9 e 10 de fevereiro.

Não se sabe se a nova ministra do Planejamento, Yeda Crucius, participará da comitiva.

No dia 31 deste mês, uma missão com sete governadores do Nordeste visitará um projeto de desenvolvimento para população de baixa renda, considerado modelo, no México. O projeto é financiado pelo Banco Mundial e o objetivo é dar aos governadores brasileiros idéias do que está sendo feito naquele país e que poderá ser aproveitado pelo Brasil.